COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.387, DE 2023

Denomina "Rodovia Gil Galdino" o trecho da rodovia BR-426 compreendido entre os Municípios de Piancó e de Santana dos Garrotes, no Estado da Paraíba.

Autor: Deputado ROMERO RODRIGUES **Relator:** Deputado DR. VICTOR LINHALIS

I - RELATÓRIO

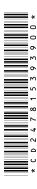
Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Romero Rodrigues, que objetiva denominar "Rodovia Gil Galdino" o trecho da rodovia BR-426 compreendido entre os Municípios de Piancó e de Santana dos Garrotes, no Estado da Paraíba.

Argumenta o autor da proposta que:

[Gil Galdino] "Começou sua carreira política no ano de 1963, quando foi eleito vice-prefeito de Piancó. Exerceu três mandatos de prefeito do mesmo Município (...)

Teve uma brilhante atuação, durante doze anos, como presidente da Cooperativa de Algodão do Vale do Piancó. Ainda, implementou serviços privados na cidade, que foram de grande valia para o crescimento da sua economia e daquela da região. Criou uma empresa de seguimento madeireiro, a qual dava suporte a todo o vale de Piancó. Igualmente, fundou o Rotary Club De Piancó e a Loja Maçônica da cidade. Como prefeito, resgatou os valores culturais e tradicionais de sua terra. Renovou conceitos, incentivou movimentos populares, criou e descobriu novos perfis e elementos a serem estudados, pesquisados e difundidos. Promoveu o





folclore e o carnaval, trouxe de volta às ruas blocos e agremiações históricos. O homenageado foi e sempre será um dos grandes homens públicos do vale de Piancó e do cenário político paraibano. Célebre por suas atitudes de homem de bem e de sua energia nos momentos decisivos, desenvolveu ações que mudaram a face de sua terra e de toda região."

Conforme despacho de tramitação, assinado eletronicamente pelo Sr. Presidente desta Casa, a proposição foi distribuída às comissões de Viação e Transportes e de Cultura para análise de seu mérito, e a esta de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa.

Na primeira comissão de mérito, a de Viação e Transportes, a matéria foi estudada pelo Dep. Marcus Aurélio Sampaio, tendo seu voto, pela aprovação, sido acompanhado pelo plenário daquela comissão na sessão de 8 de novembro de 2023.

Igual sorte teve a proposição na segunda comissão de mérito, a de Cultura, onde a proposição foi aprovada na sessão de 15 de maio próximo passado, seguindo relatório e voto do Dep. Cabo Gilberto Silva.

Em função do despacho de tramitação, a proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e segue o regime de tramitação ordinário, conforme determina o art. 151, III do Regimento Interno desta Casa.

No prazo regimental, não houve emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determinado pelo despacho de tramitação, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se exclusivamente sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.387, de 2023.

Efetivamente, compete à União legislar, em concorrência com os demais entes da federação, sobre cultura (art. 24, IX, da Constituição Federal de 1988





em sua atual versão), e privativamente sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, da Constituição Federal de 1988 em sua atual versão). Inexiste, portanto qualquer vício relacionado à competência.

A iniciativa parlamentar é legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

Quanto à constitucionalidade material da proposição não há vícios a assinalar, sendo respeitado o conteúdo da Carta Constitucional em sua atual redação.

O exame de juridicidade é positivo, uma vez que a proposição inova o ordenamento jurídico e não afronta os Princípios Gerais do Direito.

O mesmo pode ser dito no que concerne à técnica legislativa.

Destarte, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.387, de 2023.

É como votamos.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado DR. VICTOR LINHALIS Relator

2024-16983

